ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILAR DO PARAÍSO

ATA Nº 3 – SESSÃO ORDINÁRIA

- Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, na Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso, sita na Rua do Jardim, número setecentos e quarenta e quatro, Vilar do Paraíso, pelas vinte e uma horas e quinze minutos foi dado início à primeira Assembleia ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco. O Senhor Presidente da Mesa saudou todos os presentes e referiu que o registo das presenças já tinha sido feito previamente, dispensando a necessidade da chamada. De seguida comunicou a substituição na bancada do Partido Socialista Carina Micaela Vieira por Preciosa Vieira Soares; da bancada do Movimento JPV Ricardo Lapa em substituição de João Pedro Duarte; da bancada do PSD Bruno Jorge Campos substitui João Telmo Espinhaço; da bancada do Chega Fábio Miguel Azevedo substitui Marta Cristina Marques. —----------

- Por conseguinte, em Assembleia estavam presentes os elementos da Mesa Gil Teixeira, Joana Vieira e Preciosa Soares, em substituição de Carina Vieira, os elementos Sara Magalhães, Manuel Alves e Catarina Coutinho do Executivo, os elementos Ricardo Campos e Gisela Silva do Partido Socialista, os elementos Hélder Gonçalves, António Coutinho, Ana Rita Sousa e Ricardo Lapa em substituição de João Pedro Duarte, representantes do Movimento Juntos por Vilar, Vítor Marques, Rita Marques e Bruno Campos em substituição de João Espinhaço, representantes do PSD, e Fábio Azevedo, em substituição de Marta Marques, do partido CHEGA. —----------

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da ordem de trabalhos:

1. Período de Intervenção aberto ao Público;
2. Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia anterior;
3. Período Antes da Ordem do Dia;
4. Período da Ordem do Dia:
    4.1 Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades Plurianual e do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis;
    4.2 Pedido de autorização para manutenção das taxas e regulamentos em vigor adaptados à freguesia de Vilar do Paraíso;
    4.3 Apreciação da informação escrita da Sra. Presidente de Junta de Freguesia ao abrigo da alínea e) do n.º 2 artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

- Aberto o período de intervenção ao público (ponto um da ordem de trabalhos), o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros do público por forma a que os mesmos pudessem expor as suas intervenções. Inscreveram-se para usar a palavra quatro fregueses. O Senhor Presidente da Mesa relembrou que cada intervenção deveria ter no máximo cinco minutos, de acordo com o Regimento.----------

O primeiro a usar da palavra foi o Senhor Abílio Saavedra que, após cumprimentar os presentes, referiu estar triste por não ver luzes de Natal na Freguesia, ao contrário de outras freguesias de Gaia. Questionou se a Senhora Presidente fez contacto com os comerciantes da zona, uma vez que não havendo dinheiro, deveria encontrar outra forma para ter luzes de Natal. De seguida, referiu existirem bastantes covas na rua. Apelou para que estes buracos fossem tapados.--------

---

De seguida, interveio a Senhora Maria Rosalina Mendonça, que questionou quem pagava a conta da luz do Pavilhão da Ilha. A Senhora Presidente respondeu que seria a Junta a pagar este valor. Posteriormente, a Freguesa expôs que no dia vinte de novembro do ano de dois mil e um foi assinado um protocolo de criação do polidesportivo na Câmara de Gaia, onde destacava a utilização deste espaço para beneficiar o Grupo Desportivo da Ilha e as crianças do lugar. Referiu que o antigo Executivo tinha assinado um protocolo para a prática de ténis, que deveria estar a terminar e que seria renegociado. A Freguesa referiu que atualmente, neste lugar, joga-se padel, sendo necessário equipamento especial, para o qual as crianças do território não têm possibilidades de adquirir. Referiu igualmente que alguns equipamentos deste espaço polidesportivo desapareceram. Retomando a questão da eletricidade, a Freguesa denunciou que os utilizadores do lugar carregavam os carros com a luz do polidesportivo. De seguida, referiu que o Lugar da Ilha deveria ter ecopontos, e, por isso, a Senhora Presidente deveria fazer uma exposição para que estes ecopontos pudessem ser disponibilizados no local. Solicitou celeridade para a resolução destes dois assuntos.----------

Consequentemente, foi dada a palavra ao Senhor André Pereira, que abordou o anúncio do projeto de construção imobiliária na Quinta do Morgado, junto do cemitério. Partilhou a sua opinião, referindo que elaborou um parecer enviado ao Município, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, onde opinou sobre a não construção imobiliária naquele local, preferindo outros equipamentos de utilidade pública social. Referiu pontos do parecer, onde salientou que o desenvolvimento e a gestão do território já não tinham em conta a preservação das paisagens e dos locais, e que o desenvolvimento do século vinte já não faz sentido no século

vinte e um, devendo apostar-se na qualidade de vida e não apenas nos fatores financeiros. Disponibilizou-se para uma audiência posterior alargada.----------

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Gonçalo Tavares, que saudou os presentes. Referiu a importância de manter a iluminação da Freguesia, nomeadamente na Rua do Jardim, junto das Alminhas, com impacto no perigo ao atravessar a rua e para os automóveis. Parabenizou a Junta pela criação das suas redes sociais próprias, referindo estar a aguardar pelo website. Acrescentou uma lista de desejos para dois mil e vinte seis, nomeadamente, a existência de políticas sérias para a juventude, como o orçamento participativo jovem, aproveitando para questionar quando iria avançar, bem como outras políticas de juventude; espera que haja um canal aberto de comunicação entre a Junta e os jovens, aproximando as partes; melhoria da coesão do território, havendo muito a fazer para que a Junta chegue a diferentes locais da Freguesia, parabenizando as iniciativas descentralizadas levadas a cabo para que nenhuma zona seja esquecida. De seguida, questionou que outras medidas descentralizadas iriam acontecer, para além das reuniões públicas, apostando na igualdade entre Vilarenses. O Freguês referiu o desejo de ver mais passeios transitáveis e mais passadeiras e melhor iluminação. Acrescentou que gostaria de se sentir seguro na sua freguesia. Desejou existirem mais iniciativas de âmbito cultural e mais iniciativas transgeracionais para valorizar os jovens e os Vilarenses mais experientes. Terminou dizendo que Vilar do Paraíso merece futuro e presente, sem repetir erros do passado. Deixou uma mensagem aos eleitos para que defendessem os Vilarenses.----------
---

Após a exposição dos quatro fregueses, a Senhora Presidente de Junta desejou festas felizes aos presentes, agradeceu as intervenções, parabenizou a adesão do público e procedeu ao esclarecimento dos fregueses. Referiu existirem níveis de participação elevados, quer na Assembleia, quer na reunião pública, havendo espaço para acolher as intervenções e enriquecer a intervenção dos eleitos. Relativamente ao Senhor Abílio Saavedra, esclareceu que tinha sido uma decisão do Executivo não colocar luzes de Natal, relatando o quanto tinha custado esta decisão. Referiu que não era verdade que a Junta não tinha dinheiro, referindo que a Junta estava a passar por um período difícil, remetendo para a Assembleia anterior. Referiu que as luzes chegaram a ser ponderadas em detrimento de outras opções e pesando prioridades, houve o abdicar das luzes de Natal. Referiu que a iluminação deverá ser repensada, sendo que a zona da Capela de São Martinho não será mais importante que tantos outros espaços da Freguesia. Assim, sendo a Freguesia grande, dever-se-ia conseguir pôr apontamentos de Natal em todas as zonas da freguesia, e não apenas em zonas determinadas. Dada a extensão e o custo deste

processo, o Executivo optou então por não colocar as luzes de Natal. A questão dos comerciantes é relevante, mas referiu necessitar de ter tempo e pensar de forma mais profunda, podendo contar com o envolvimento das escolas. Referiu ainda que há outras luzes que iluminam as vidas. Quanto aos buracos das ruas, referiu que a Junta não tinha capacidade para reparar todos os buracos. Referiu ser necessário haver articulação com o Município, visualizando um trabalho de arranjos nos arruamentos por parte deste. Afirmou que foram tapados dois buracos na Estrada Nacional e na Junqueira, crendo que estarão previstas outras intervenções para breve. A Senhora Presidente referiu que todas as informações que a Junta recebe por parte dos fregueses, quer relatos, quer fotografias, têm sido remetidas para o Município para resolução. Respondendo à Freguesa Rosalina, confirmou as questões contratuais referentes ao Polidesportivo da Ilha, referindo que estavam cedido para pickleball e ténis. Os responsáveis pelo pickleball já tinham entrado em contacto, ficando para o final de dezembro a tomada de decisão sobre a sua permanência. Reiterou ser importante manter a atividade por estas entidades, mas também haver articulação com a comunidade, sendo esta a prioridade. Assim, todas as modalidades têm de trazer benefícios, quer para a comunidade da Ilha, quer para as escolas e centro de convívio. Frisou que seria importante que estas organizações estivessem presentes para ensinar a comunidade, sendo relevante a existência de um retorno visível para os fregueses. Partilhou haver abertura por parte destas organizações para este facto, referindo a mais-valia para a freguesia, ao nível da originalidade e exclusividade do desporto, e pelo facto de ensinar a comunidade nesta prática. Relativamente ao carregamento dos automóveis, referiu desconhecer a situação. Referiu estar a receber as faturas da luz em atraso e que iria verificar a situação numa reunião a ser desenvolvida no dia seguinte com os responsáveis pelo pickleball. Referiu que esta situação não era permitida, estando fora de hipótese esta prática. Relativamente aos ecopontos, concordou com a Freguesa, referindo que a Junta iria fazer um reforço do pedido. Falou sobre a limpeza de monos na freguesia, referindo que existiam práticas inadequadas, como deixar lixo em locais impróprios. Deu um exemplo pessoal da localização dos ecopontos perto de sua casa, tendo de se deslocar para deixar o lixo. Respondendo ao Senhor André Pereira, confirmou ter recebido a comunicação. Referiu que a Junta estava muito limitada sobre o imobiliário, mas esperava que algo sustentável pudesse ser edificado no local. Respondendo ao Freguês Gonçalo Tavares, referiu existir elevada pertinência no que foi dito. Afirmou concordar com a situação da iluminação, apesar de todos os pedidos feitos. Deu o exemplo sobre um episódio em que falhou a iluminação na rua inteira, reforçando a situação do acidente e da insistência que a junta fez junto dos serviços. No que diz respeito ao orçamento

participativo jovem, lamentou afirmar que seria apenas para dois mil e vinte sete, reforçando a importância do compromisso, assim como o envolvimento dos jovens nas diferentes frentes elencadas. Referiu a importância da bolsa do voluntariado jovem para combater o isolamento dos idosos. Enfatizou a importância do investimento na cultura intergeracional e deslocalizada, respondendo à questão dos eventos em vários pontos da Freguesia.----------

- Passando para o ponto dois da ordem de trabalhos - Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia anterior, o Senhor Presidente da Mesa questionou a Assembleia acerca de eventuais pontos que necessitassem de reparos, tendo em conta o envio anterior da ata via correio eletrónico. O Senhor António Coutinho solicitou que a ata especificasse quais os cargos das pessoas enunciadas na intervenção do Senhor freguês Alberto Nicolau. O Senhor Vítor Marques notou a falta dos anexos no envio da ata aos membros da Assembleia. O Senhor Presidente da Mesa aceitou os reparos para futuras atas, comprometendo-se a corrigir a situação. Após este questionamento, a ata foi aprovada por unanimidade.----------

- Aberto o Período Antes da ordem do Dia, foram analisados os documentos que chegaram à Mesa. O Senhor Vítor Marques leu a proposta de recomendação, que seguirá em anexo. A mesma dizia respeito a uma proposta de recomendação para ser discutida e votada, onde referia a possibilidade das Assembleias de Freguesia terem transmissão online. A Senhora Presidente de Junta pediu a palavra à Mesa, convidando a Assembleia à discussão sobre o tema da transmissão online das Assembleias, proposta pelo PSD, antes de proceder à votação, uma vez que o Regimento é omisso em relação a este ponto. O Senhor Ricardo Campos solicitou que a votação não fosse feita nesta Assembleia, podendo existir uma reunião de líderes para analisar a proposta. O Senhor António Coutinho reiterou a necessidade da proposta ser discutida numa próxima Assembleia, não devendo ser votada na Assembleia onde a proposta de recomendação foi feita. —----------

De seguida, foi dada palavra aos partidos políticos para procederem à intervenção no âmbito do Período antes da Ordem do Dia. A Senhora Ana Rita Sousa solicitou a palavra, por forma a ver esclarecidos pontos relacionados sobre o Centro de Convívio da Junta de Freguesia, nomeadamente o valor do pagamento feito à ACRAV pela renda do espaço, quantas vagas existem, quais os responsáveis pelo funcionamento, se existe regulamento interno, que tipo de atividades são desenvolvidas e qual a sua natureza, qual a formação de quem acompanha os idosos e quais os critérios de seleção dos voluntários. Questionou a existência de protocolos com escolas e institutos de formação para colocação de pessoal, quem dinamiza as atividades e

se recebe remuneração e se o Município financia este espaço e qual o montante do apoio. Subsequentemente, a Senhora Ana Rita Sousa questionou a ausência de iluminação de Natal na freguesia. Referiu a comunicação nas redes sociais, bem como a importância do valor simbólico da iluminação de Natal. Solicitou que as escolhas do Executivo sejam tornadas públicas nesta matéria, criticando a decisão tendo por base os custos deste processo. Adicionalmente, foram questionados aspetos sobre a festa de Natal dos seniores, nomeadamente o critério da inclusão de idosos de sessenta e três anos, bem como a localização da mesma, no Centro Maria de Nazaré, em Valadares, e não em Vilar do Paraíso. Questionou se existiria colaboração institucional entre a Paróquia e a Junta de Freguesia. O elemento da Assembleia questionou o porquê do estacionário das cartas ao Pai Natal ainda mencionar a imagem da união de freguesias, criticando o porquê de ainda não ter sido mudada a imagem institucional para Vilar do Paraíso. Afirmou que o Movimento JPV não se espelha numa imagem baseada em fotografias e vídeos, referindo o trabalho insuficiente feito até à data. Reiterou a importância de tratar por igual todos os fregueses, não especificando faixas etárias. —----------

---

O Senhor António Coutinho solicitou a palavra para questionar sobre o carregamento não autorizado de viaturas no Lugar da Ilha, mas também no lugar da Feira de Vilar do Paraíso, sendo relevante corrigir esta situação. Questionou sobre o funcionamento do Espaço do Cidadão, nomeadamente se o mesmo acontece e em que moldes. Foi ainda questionado pelo Senhor António Coutinho sobre a construção das capelas mortuárias, nomeadamente sobre a fidedignidade no projeto apresentado nas redes sociais, face à construção que efetivamente está a acontecer (apresentou uma foto). Questionou se existe um novo projeto e sobre os valores reais de investimento do mesmo. Referiu que foi aprovado em reunião de Câmara um valor de apoio de duzentos e cinquenta mil euros, questionando sobre o valor real do projeto. Adicionalmente, foi questionado sobre o Parque de São Caetano, nomeadamente qual o conhecimento sobre o futuro deste espaço da freguesia, ao nível da fidedignidade do projeto que lá está a ser edificado. —----------

De seguida, tomou a palavra Hélder Gonçalves que abordou o tema da relação entre o Executivo e a Oposição, nomeadamente à qualidade do diálogo entre as partes. Referiu não existirem sinais de abertura ao diálogo, criticando não existir uma tentativa de diálogo prévio. Criticou a disposição da Oposição na tomada de posse, lamentando que as filas da frente tenham sido ocupadas por figuras locais. Criticou o procedimento da ausência de convocação de reunião com cada força representada, bem como a convocatória para a presença na Assembleia atual. De

seguida, criticou o convite para uma reunião no dia vinte e dois de dezembro, quando o Executivo já tinha aprovado o documento do Orçamento a dezanove de dezembro. Adicionalmente, o membro da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da Mesa maior cuidado em relação às convocatórias e ao envio da documentação, atendendo igualmente aos prazos de envio desta última. Criticou as lamentações tecidas pela Presidente da Junta na última Assembleia. De seguida, o membro rogou à Mesa que propusesse ser adiado o ponto quatro da Ordem de Trabalhos, devido à extemporaneidade do envio da documentação para análise, com menos de vinte e quatro horas de antecedência e não com as quarenta e oito horas designadas. Criticou a ausência de envio igualmente do Regulamento de Taxas, bem como da informação escrita da Presidente de Junta. Citou ainda o compromisso em não boicotar o Executivo, mas constituir uma Oposição responsável. —----------

De seguida, foi dada a palavra à Senhora Gisela Silva, que abordou as dificuldades do início do mandato e parabenizou a Senhora Presidente pelo trabalho desenvolvido. Referiu a distribuição de lembranças de Natal a crianças da Freguesia, o apoio social às famílias carenciadas e a realização do lanche sénior na Freguesia. Questionou o número de famílias apoiadas pela Junta de Freguesia. Salientou a importância da tomada de decisões difíceis e da responsabilidade das mesmas. Solicitou responsabilidade à Assembleia mediante a discussão do Orçamento, salientando a importância do fim comum de querer o melhor para Vilar do Paraíso.----------

---

Foi dada a palavra de seguida ao Senhor Vítor Marques, que questionou sobre as condições de passagem do TGV na Freguesia, bem como sobre a construção do polidesportivo no Parque de São Caetano, atendendo à sua real operacionalização e aos impactos na vida dos Vilarenses. Solicitou transparência e rigor para o mandato de quatro anos que se avizinha. Adicionalmente, solicitou esclarecimento sobre as condições de concessão e funcionamento do Pavilhão Desportivo do Lugar da Ilha e da Quinta das Rosas, nomeadamente ao nível dos preços praticados pela Junta de Freguesia, criticando a ausência das novas Taxas. Questionou o porquê do Pavilhão da Ilha deixar de ter balneários com água quente e se encontrarem fechados, assim como a sala de convívio deste espaço. Elencou desportos que poderiam ser mais valias para reunir e unir mais jovens naquele local.----------

Sequencialmente, a Senhora Presidente tomou a palavra dada pelo Senhor Presidente da Mesa, que partilhou esclarecimentos em resposta aos elementos da Assembleia, bem como argumentos justificativos para as decisões tomadas. Neste âmbito, defendeu a posição de partilhar notícias nas redes sociais para dar a conhecer as medidas. Reiterou a opção por

discursos de verdade e pelo trabalho. Elencou várias atividades, entre elas Assembleias, reuniões públicas, visitas e eventos que representam o trabalho da Junta. Salientou o facto do processo de desagregação ainda não estar concluído, existindo tarefas que obrigam a deslocações para a resolução de pendentes. Afirmou ser aceitável não conseguir concretizar todas as tarefas de que gostaria. Aceitou a responsabilidade de não conseguir enviar a documentação a tempo. Esclareceu que o centro de convívio estava a trabalhar a meio gás, tendo estado em cima da mesa suspender as atividades do espaço até janeiro do ano seguinte. A opção foi não parar e continuar com as atividades para não defraudar os utentes, estando atualmente a funcionar aulas de dança, pilates e boccia, que são oferecidas pelo Município e que funcionarão até junho. Partilhou o gosto dos utentes por estas aulas, que apenas ocupam seis horas do calendário. Complementarmente, foram sendo desenvolvidas manualidades que serviram de enfeites para a festa de Natal sénior. A partir de cinco de janeiro, será desenvolvido um novo plano que ofereça uma solução completa aos idosos desta resposta. Refere a inexistência de especialistas, mas a existência de várias pessoas úteis à manutenção dinâmica da resposta. No que concerne à questão da renda do espaço, referiu que não foram feitas alterações ao valor do antigo Executivo, conforme protocolo. Reiterou a necessidade de ter tempo para organizar as tarefas, por forma a demonstrar mudança. Enfatizou a importância da sinceridade nas funções de gestão. Assumiu o atraso no envio da documentação, nomeadamente devido à preparação do próximo ato eleitoral. Sublinhou que este atraso não foi, de qualquer forma, feito para desrespeitar a oposição. Relativamente ao local da festa sénior, não foi escolhido o espaço da ACRAV por já ser um espaço familiar, e outras hipóteses na freguesia foram excluídas devido à dificuldade de acesso para pessoas com mobilidade reduzida. Relativamente ao Balcão dos CTT e aos layouts da identidade da Junta, afirmou que os mesmos ainda não foram mudados, estando a mudança prevista para dois mil e vinte e seis, de forma global. No que concerne às redes sociais, a Senhora Presidente defendeu que as suas redes sociais pessoais são privadas. No que diz respeito ao carregamento das viaturas na Feira de Vilar, registou o seu desagrado com a situação, agradecendo a chamada de atenção para este facto. Quanto ao Espaço Cidadão, informou que o espaço já não funciona na Junta, sendo necessário tomar a decisão se continua mais algum tempo ou se é para acabar definitivamente. Em matéria de funcionalidade, reconhece que o mesmo é uma mais-valia como resposta às solicitações das pessoas. No entanto, para que funcione necessita de pessoal com formação específica atualizada. A Junta tem uma pessoa com formação, mas não está atualizada, sendo necessária esta formação. Acrescentou que a Junta de Freguesia tem apenas dois recursos

administrativos, francamente insuficientes para o atendimento geral e Espaço do Cidadão. Referiu que efetivamente a Junta tem cinco administrativos, mas que três se encontram de baixa médica. No que diz respeito ao Pavilhão de São Caetano, a Senhora Presidente referiu que a obra está em curso, tendo havido uma visita do Executivo que permitiu visualizar o pavilhão e a parte do ringue. Demonstrou dúvidas sobre a bancada, apesar de se saber que a mesma será deslocalizada. Revelou que o encarregado da obra garantiu que os prazos estariam a ser cumpridos, mas que a responsabilidade da obra é de carácter municipal. Revelou que não existia mais nenhuma informação para além das já disponibilizadas. Quanto às Capelas Mortuárias, referiu ser do conhecimento geral que existiria um primeiro projeto e um segundo projeto. O orçamento para as capelas atuais são cento e cinquenta mil euros. Referiu que houve a assinatura de um protocolo com o Município no valor de duzentos e cinquenta mil euros, mas que o remanescente seria alocado ao desenvolvimento e reestruturação da zona envolvente às capelas, nomeadamente casas de banho, casa da cera e cemitério. Referiu haver incerteza acerca do real recebimento do valor referente às capelas. Referiu que, na segunda semana de janeiro, iria haver uma vistoria da Gaiurb, E.M. à obra. Referiu que no orçamento estava descrito os valores já efetivamente pagos, enfatizando que apenas na fase final da obra é que seriam recebidos os quarenta por cento remanescentes, sendo apenas recebido pela Junta o equivalente a sessenta por cento do orçamentado. No que diz respeito à cerimónia de tomada de posse, não concordou com o reparo sobre a posição em que as pessoas foram sentadas na cerimónia de instalação. Relativamente aos documentos e ao orçamento, reiterou que em momento algum houve desrespeito pela oposição. Referiu ser defensora das maiorias relativas, como forma de existir um maior controlo e uma via para suporte coletivo. Relembrou o Executivo anterior, onde existiam seis elementos de uma força política e um elemento de outra força política, onde a oposição merecia o maior respeito. Referiu a dificuldade de todas as tarefas inerentes a este período inicial de gestão. Acrescentou que não pertenceu à comissão de extinção e não participou na execução dos mapas referidos pela Oposição. Referiu ter pertencido à comissão de agregação, que preparou as eleições. Referiu estar de acordo com o adiamento do ponto quatro, pelo facto dos documentos não terem sido enviados atempadamente. Esclareceu que o primeiro email enviado à Oposição, que deveria ter sido enviado pelo Executivo e não pelo Presidente da Mesa da Assembleia, serviu para recolha de contributos por parte das forças partidárias, e numa segunda reunião já ter os contributos de todos. Pediu desculpa por ter sido mal entendida nas suas intenções, sublinhando o compromisso com a aprendizagem contínua. Referiu que algumas opções são transversais às

posições das diferentes forças políticas, apesar de reconhecer que seria preferível que o documento conjugasse a voz de todas as forças. Referiu que a convocatória da Assembleia Municipal coincidiu com a Assembleia de Freguesia, e o envio da mensagem anterior foi no sentido de deslocalizar no horário a Assembleia de Freguesia para que todos conseguissem estar presentes, lamentando tal não ser possível. Agradeceu as palavras e a intervenção do elemento Gisela Silva. Quanto à resposta dirigida ao Senhor Vítor Marques, esclareceu que em relação ao TGV, partilhou que foi chamada à Câmara para falar com o presidente, nomeadamente sobre a mudança da estação de Santo Ovídio para Vilar do Paraíso. Partilhou adicionalmente que o consórcio responsável pelo projeto iria apresentar a sua proposta e que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente se iria pronunciar sobre a iniciativa e apenas após este passo se saberia o que iria acontecer, e se a Junta estaria serena sobre esta situação da existência de uma estação na Freguesia. A Senhora Presidente referiu que em resposta à interpelação do Senhor Presidente da Câmara terá respondido que teria de ser previsto apoio jurídico às pessoas afetadas pelo projeto, e que o valor que lhes fosse atribuído fosse ao encontro das suas expectativas, não sendo possível ultrapassar o dano emocional. A Senhora Presidente de Junta referiu, ainda, que foi abordado o assunto da linha de Metro acompanhar a linha de TGV, vindo para Vilar do Paraíso, sendo uma mais-valia neste local. Informou que a Junta tinha recebido um comunicado do consórcio da obra do TGV a dar conta que duas empresas estariam a fazer prospeção de forma autorizada, tendo a Junta afixado esses editais. Referiu que alguns fregueses já tinham ido à Junta pedir esclarecimentos e demonstrar que teriam receio de abrir a porta a estas prospeções, por serem pessoas desconhecidas. Entretanto, deu ainda conta de que a Junta teria recebido um parecer da APA que refere não aprovar o projeto do TGV com as especificações conforme estão para Vilar do Paraíso. Refere desconhecer os passos que vão acontecer a seguir. Relativamente aos pavilhões, a Senhora Presidente informou que fará chegar todas as taxas de regulamentos para poderem ser lidos e mudados. Sugeriu ainda a criação de um grupo de trabalho para que a proposta dos regulamentos seja conjunta entre as diferentes forças políticas. Relativamente aos balneários, a utilização está limitada pelo facto de não existir caldeira. Referiu a qualidade do espaço que se encontra por baixo do anfiteatro, defendendo que durante muitos anos foi desprezado. No espaço da Ilha, os balneários seguem igualmente os critérios de qualidade. Referiu que os utilizadores da organização do pickleball deixam o espaço arrumado. Acrescentou que não considera este desporto melhor que outro, reiterando a importância da inovação e do acesso ao desporto. Acrescentou que o Senhor Magalhães da Cooperativa de Santo António das Antas continua a treinar crianças no Pavilhão da Quinta das

Rosas a custo zero, levando-os depois para os jogos juvenis. Terminou a reiterar o adiamento do ponto quatro para uma próxima Assembleia.----------

Passando para o Período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa introduziu o ponto quatro da ordem de trabalhos. O Senhor Presidente da Mesa propôs a realização de nova Assembleia para dia treze de janeiro, terça-feira, pelas vinte e uma horas. Sendo esta Assembleia consensual, a mesma será marcada em nova Convocatória. —----------

A Senhora Presidente de Junta solicitou a palavra para esclarecer acerca do protocolo de apoio assinado com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, explicando como aconteceu o procedimento: foi recebido um email da Câmara a questionar todos os pagamentos que iriam ser feitos até trinta e um de dezembro do ano corrente, tendo a Junta respondido enviando o relatório referente a esta data. De seguida, foi recebida a informação de que a Vilar do Paraíso iria ser atribuído o valor de vinte e cinco mil euros. Mais informou que o protocolo de colaboração tinha sido assinado na semana anterior e estava a aguardar a cópia para ser assinado pelo Município. O valor referente ainda não tinha sido recebido pela Junta, comunicando a Senhora Presidente que a data indicada no protocolo seria até trinta e um de março de dois mil e vinte e seis. A Senhora Presidente considera que o valor vem colmatar o valor em dívida que tinha transitado da União de Freguesias. Comunicou que já tinha falado com as empresas e que, imediatamente após o recebimento, se iria proceder ao pagamento dos valores em dívida. Assim, solicitou autorização à Assembleia para, caso o valor seja recebido, se a mesma autoriza o pagamento dos valores em dívida. —----------

O Senhor Vítor Marques interveio referindo que o valor poderia estar disponível apenas em março do ano de dois mil e vinte e seis e que no presente ainda não existe. Referiu que o dinheiro não viria tão rapidamente e que a sua opinião é que, se a Câmara tivesse o dinheiro disponível, já teria disponibilizado o mesmo. —----------

O Senhor Fábio Azevedo questionou se as despesas que a Senhora Presidente de Junta referiu teriam a data-limite de trinta e um de dezembro. A Presidente referiu que a data-limite das despesas já tinha sido ultrapassada. Questionou ainda acerca de quais seriam os critérios para pagamento aos fornecedores. A Senhora Presidente esclareceu que seria o critério do prazo, dando-se relevância igualmente aos valores mais elevados. Acrescentou ainda que não se importa que este assunto seja adiado. —----------

O Senhor António Coutinho questionou sobre se a disponibilidade financeira líquida bancária não seria suficiente para pagar despesas correntes, referindo que a autorização da Assembleia

serviria apenas para despesas correntes. A Senhora Presidente de Junta referiu que o valor na conta já não era o mesmo, pois já tinham sido feitas despesas correntes. Esclareceu que a Junta tinha recebido noventa mil euros para pagar a obra das capelas mortuárias, conforme já tinha esclarecido na Assembleia anterior. Acrescentou que já tinha pago duas faturas à empresa responsável pela obra. Acrescentou que existe dinheiro cativo para a obra e para a emergência social. O Senhor António Coutinho referiu não saber mais que a Presidente de Junta em relação ao projeto das capelas mortuárias. Defendeu que haveria pouca transparência na atribuição dos apoios da Câmara. Defendeu que só se deveria pagar o valor em atraso aos fornecedores após o pagamento por parte do Município. Quanto ao protocolo das capelas mortuárias, referiu que o mesmo tinha sido assinado em abril de dois mil e vinte e quatro e o dinheiro ainda não tinha sido pago. A Senhora Presidente explicou os cálculos dos pagamentos que tinha feito, bem como os valores remanescentes que ficavam na conta bancária, e transações já desenvolvidas e previstas. Referiu que não pretendia mexer em valores de investimento. O Senhor António Coutinho questionou se o valor das capelas era, afinal, cento e cinquenta mil ou duzentos e cinquenta mil euros. A Senhora Presidente esclareceu que o valor que considerava receber era cento e cinquenta mil euros, não havendo a certeza sobre o restante valor. Assim, não foi concluído acerca da autorização pela Assembleia nenhum pagamento corrente a fornecedores. —----------

O Senhor Fábio Azevedo solicitou a palavra para questionar acerca do contacto por email para recolher contributos da Oposição, referindo que apenas teria recebido a informação na manhã do dia da Assembleia. Referiu que seria difícil a Oposição fazer contribuições sem uma reunião prévia, sendo este mecanismo mais rico que simples contribuições de email. Assim sendo, reforçou a importância de uma reunião para discutir o orçamento e plano plurianual de atividades. A Senhora Presidente de Junta esclareceu o elemento da Assembleia acerca do envio do email para convocar a reunião, referindo que o membro Marta Marques não tinha podido estar presente pela mesma coincidir com a Assembleia Municipal. Adicionalmente, anotou o pedido de recomendação do Senhor Fábio Azevedo. —----------

Foram então suspensos os trabalhos até nova Assembleia, cuja convocatória será devidamente enviada.----------

De seguida, a Primeira Secretária procedeu à leitura da minuta da ata, que após ser colocada a votação foi aprovada por unanimidade. —----------

O Senhor Presidente da Mesa endossou palavras finais reforçando a importância da confiança na idoneidade do Executivo e da Mesa, e referindo que o que é feito para bem da freguesia não

deverá deixar de ser feito. Agradeceu a participação e o nível de urbanidade que revestiu os trabalhos. Aproveitou para desejar um bom ano a todos os presentes na sala.----------

- Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente minuta da ata, que depois de lida em voz alta, foi colocada a votação e aprovada por unanimidade. ----------

De imediato, o Presidente da Assembleia deu os trabalhos por encerrados, pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos.----------

O Presidente da Assembleia de Freguesia,

Assinado por: **Gil Clemente Teixeira**
Num. de Identificação: 14526607
Data: 2026.09.27 11:33:07+01'00'

A Primeira Secretária,

Assinado por: Joana Isabel Silva Vieira
Num. de Identificação: BI12682221
Data: 28-09-2026 18:45:19 +01:00

CHAVE MÓVEL

A Segunda Secretária,